

Análise Política do Relatório da Assembléia Parlamentar do Conselho Europeu sobre o "Acesso ao Aborto Seguro e Legalizado na Europa" será discutida em 16 de abril de 2008

Tradução: Tina Amado

Europa prestes a decidir sobre o aborto

Na próxima quarta-feira, 16 de abril, mais de 500 legisladores de estarão reunidos em Estrasburgo para debater um histórico relatório destinado à descriminalização do aborto em todo o continente europeu. Parlamentares dos 47 Estados-membros do Conselho Europeu reunidos na Assembléia Parlamentar discutirão, entre as 10:00 e 12:00 horas (horário da Europa Central) um relatório proposto pela deputada socialista austríaca Gisela Wurm, intitulado *Acesso ao aborto seguro e legalizado na Europa*. A autora do relatório fala em nome do Comitê de Igualdade da Assembléia Parlamentar, o qual aprovou o relatório por esmagadora maioria de 21 votos a favor, 3 contra e uma abstenção. Ela convida os 47 Estados-membros do Conselho Europeu a:

- descriminalizar o aborto, caso ainda não o tenham feito;
- garantir efetivamente o exercício do direito das mulheres ao aborto;
- dar às mulheres a liberdade de escolha e oferecer instrução e condições para favorecer o processo de tomada de decisão;
- garantir que homens e mulheres tenham acesso a contraceptivos a preços acessíveis, e que sejam adequados à sua fisiologia e escolhidos por eles.

O texto completo do relatório poderá ser encontrado no seguinte *link*:

<http://assembly.coe.int/ASP/APFeaturesManager/defaultArtSiteView.asp?ID=750.%20>

1. Que impacto o relatório geraria?

Já que o relatório (caso venha a ser aprovado) não será de caráter compulsório – ou seja, não poderá forçar legalmente nenhum Estado-membro do Conselho Europeu a mudar a própria legislação – ele fornecerá uma boa fonte de evidência quanto ao nível de consenso atingido na Europa a respeito da questão do aborto, que em geral é tida como extremamente controversa.

O Relatório exige uma resposta do Comitê de Ministros do Conselho Europeu (composto pelos 47 Ministros da Saúde) ao pedido da Assembléia Parlamentar de descriminalização do aborto e da tomada de medidas para que seja providenciado maior e melhor acesso aos contraceptivos. Concretamente, isso significaria que todos os ministros europeus teriam de discutir a possibilidade de adoção de uma abordagem única para a questão da descriminalização do aborto na Europa.

Enquanto o consenso no nível governamental talvez esteja longe de ser alcançado devido à oposição de alguns países, devemos lembrar que foi justamente o mecanismo do Conselho Europeu – enquanto instituição cujo mandato é o de salvaguardar a democracia na Europa e o respeito pelos direitos humanos fundamentais – o que possibilitou com que fossem dados os primeiros passos na direção dos princípios da não-discriminação em relação à orientação sexual nos idos de 1970 e 1980. Esses princípios são hoje estabelecidos como condição para participação do Conselho Europeu e da União Européia. Da mesma forma, foi através de determinações do Conselho Europeu que todos os países da Europa têm hoje a pena de morte abolida. Em uma época em que muitas das decisões em relação à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) na União Européia (composta de 27 países) são vetadas devido a alguns países, a aprovação de tal relatório pela totalidade dos 47 Estados-membros do Conselho Europeu viria a fortalecer e estimular ainda mais o apoio à amplitude desses direitos dentro da União Européia. **Em suma, caso o relatório venha a ser aprovado, será o primeiro texto oficial jamais publicado por uma instituição europeia demandando explicitamente a descriminalização do aborto por todo o território europeu, tomando por base os direitos da mulher.**

2. Quais as chances de o relatório ser aprovado?

O relatório entretanto ainda não foi aprovado pelo plenário da Assembleia Parlamentar – a votação será nesta quarta-feira, 16 de abril. Informantes no secretariado do Conselho Europeu declararam que ainda não há certeza a respeito dos resultados da votação devido aos seguintes fatores:

- Em primeiro lugar, há dúvidas em relação aos resultados porque este é o primeiro relatório da Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu que explicitamente aborda o tema aborto, e ele demanda uma descriminalização em nível continental. Dessa forma, há os que consideram a abordagem muito ousada para um primeiro relatório da Assembleia sobre o tema. Por outro lado, a Assembleia já publicou inúmeros relatórios que se referem aos SDRS, como por exemplo sobre a estratégia europeia para SDRS (do parlamentar inglês McCafferty, em 2004), sobre o impacto da "política do México"* , os SDRS para homens e mulheres, a situação da população mundial, a transição demográfica e o desenvolvimento sustentável, entre muitos outros. Vários desses relatórios foram aprovados por grandes majorias, o que abriu precedentes para que haja amplo consenso político nas questões que tangem muitos dos aspectos relativos aos SDRS.
* "Política do México" é como ficou conhecido o decreto anunciado pelo então presidente Reagan na Conferência de População do México, em 1975, proibindo que fundos americanos financiassem em qualquer país qualquer organização que efetuassem abortos ou que fizesse campanha pelo aborto (a proibição foi depois suspensa pelo presidente Clinton, reativada por Bush, e recentemente suspensa em parte pelo próprio Bush). Como isso fez com que muitas organizações ficassem sem verbas, a União Europeia, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça aumentaram seus níveis de financiamento, aparentemente para compensar os cortes americanos. (N da T)
- Em segundo lugar, informações do próprio Conselho Europeu mencionam uma grande mobilização em torno do relatório. Fato atípico, já que os relatórios da Assembleia costumam passar despercebidos do grande público. Parte dessa mobilização dá-se pela presença de grupos militantes pelo direito de escolha por toda a Europa, ao mesmo tempo que grupos contra a livre escolha também têm estado ativos. Esses últimos, na Europa e na América do Norte, têm escrito a membros do Parlamento pedindo que votem contra o relatório. Em muitos desses casos, o impacto de tais tentativas será bastante limitado, pois os grupos confundem o Conselho Europeu com a União Europeia/Parlamento Europeu, e essas ONGs não estão creditadas com *status* participativo junto ao Conselho Europeu (não terão acesso ao Conselho Europeu no dia da votação). Na verdade, as únicas ONGs trabalhando com os SDRS que têm *status* participativo junto ao Conselho Europeu são a EPF (*ver cabeçalho*) e o ramo europeu da IPPF (International Planned Parenthood Federation European Network). No ano passado, graças ao trabalho da IPPF-Rede Europeia, as outras organizações civis com *status* participativo aprovaram uma declaração apoiando a posição da Anistia Internacional quanto ao aborto quando esta sofreu pressões do Vaticano. Portanto, embora haja muitas organizações religiosas, basicamente de inspiração católica, com *status* participativo, é improvável que sua mobilização contra o relatório seja visível.
- Em terceiro lugar, o Vaticano desfruta de *status* de observador no Conselho Europeu (mas não na Assembleia Parlamentar pois, conquanto a Santa Sé possa conclamar-se um Estado, não pode afirmar ter um parlamento) e mantém relações amigáveis com parlamentares e ONGs. Representantes do Vaticano podem estar presentes e observar as reuniões da Assembleia e seus Comitês. Nesse sentido, há rumores de que as Conferências de Bispos de alguns países contataram deputados que têm representação junto ao Conselho Europeu para pressioná-los a votar contra o relatório. Na Lituânia, por exemplo, o governo recentemente concordou em reunir-se com a Conferência dos Bispos sempre que surgirem questões relativas aos SDRS. Um dos membros do parlamento lituano e que tem representação no Conselho Europeu, Dangutė Mikutienė (Grupo Liberal do Partido Trabalhista), também é co-autor de um projeto de lei que está para ser discutido no parlamento e que pretende proibir o aborto na Lituânia. Parlamentares com representação no Conselho Europeu e que estão abertos à influência do Vaticano incluem representantes de países como Malta, Irlanda, Itália, Lituânia e Polónia, dentre outros, e são eles que no passado fizeram alarde contra relatórios da Assembleia sobre questões relativas aos SDRS. Pode ser que esses parlamentares encontrem o apoio de alguns países do Leste Europeu que equiparam o aborto ao declínio demográfico, como a Federação Russa, por exemplo. Esses parlamentares tiveram seus votos vencidos por grande maioria em todas as votações anteriores

nas questões relativas aos SDSR.

3. Quais os possíveis cenários para a votação do projeto na quarta-feira?

São muitos os possíveis cenários no que diz respeito aos resultados finais da votação. É importante ter em mente algumas datas, horários e regras para se entender o que vai acontecer. Primeiro, para que o relatório seja aprovado, é necessário o voto da maioria simples dos presentes na manhã de quarta-feira. Antes desta data, é provável que o relatório venha a ser discutido em várias situações e lugares distintos:

Na segunda-feira, 14 de abril:

- **Delegações nacionais** para o Conselho Europeu provavelmente discutirão suas posições e distribuirão tempo para discurso entre seus membros. Ouvimos dizer, por exemplo, que na França e na Alemanha eles provavelmente discutirão o relatório em suas delegações nacionais e que, de forma geral, suas posições são favoráveis. Por outro lado, informantes no secretariado do Conselho Europeu comunicaram que poderá haver dificuldades particularmente com as delegações de Malta e da Irlanda.
- **Grupos políticos** no Parlamento também se reunirão na segunda-feira e provavelmente discutirão sobre uma possível abordagem comum para a questão. São cinco principais grupos políticos no Parlamento (partindo da vertente esquerda para a direita): a Esquerda, socialistas, liberais, o Partido do Povo Europeu, o Grupo Democrata Europeu e os não-afiliados.
- O **Comitê para os Assuntos Sociais, da Saúde e da Família**, que ficou incumbido de emitir parecer sobre o relatório (emitido pelo Comitê de Igualdade) fornecerá uma opinião sobre o relatório e as emendas. A Presidente do Comitê para os Assuntos Sociais, da Saúde e da Família é a deputada Chris McCafferty, e o parecer que ela deu é favorável ao relatório e traz uma série de emendas para expandir o acesso aos serviços na área dos SDSR e ao aborto.

Na terça-feira, 15 de abril:

- Às 10:30 horas encerra-se o prazo para que sejam submetidas as **emendas** ao relatório.
- Às 14:00 horas o **Comitê de Igualdade** vai examinar o esboço revisado do relatório e do parecer do Comitê Para os Assuntos Sociais, da Saúde e da Família, declarar sua posição quanto ao parecer e as emendas e, finalmente, chegará a um acordo sobre o texto final a ser apresentado no dia seguinte para a votação em plenário. Quando da adoção do relatório em março, no Comitê de Igualdade houve 21 votos a favor, 3 contra e uma abstenção.

Na quarta-feira, 16 de abril:

- O **início do debate está marcado para as 10 horas** e um período de duas horas foi reservado para o relatório. (A redatora, deputada Gisela Wurm, será convidada a apresentar a última versão do relatório aprovada pelo Comitê de Igualdade na terça-feira, 15 de abril). A redatora do parecer do Comitê Para os Assuntos Sociais, da Saúde e da Família também deverá ser convidada a fazer uma declaração em nome do Comitê. Em seguida às declarações iniciais, o presidente da sessão passa então a palavra para os comentários e debates. Diz-se que muitos parlamentares favoráveis ao relatório pretendem pedir a palavra durante o debate. Em seguida, a Assembléia avaliará as emendas (incluídas nelas as posições do Comitê) e deverá reportar-se às redadoras para os comentários finais.

Levando-se em consideração o acima exposto, conclui-se que há alguns possíveis cenários:

1. O relatório será aprovado mais ou menos como está, com algumas pequenas emendas que não alteram sua essência. Para isso, seria necessária a aprovação de uma maioria simples.
2. O relatório é aprovado, porém **significativamente alterado por emendas**, deixando de conter as recomendações-chave da redatora como, por exemplo, a da descriminalização do aborto. Isso requereria uma mobilização muito grande por parte daqueles contrários ao relatório.
3. O relatório é enviado de volta ao Comitê para mais revisões. Caso isso venha a acontecer, será solicitado à redatora que continue trabalhando no texto para amenizar algumas das recomendações. Isso também requereria muita mobilização por parte da oposição, já que é necessária uma grande maioria votando para que um relatório seja enviado de volta.

4. Conclusão

Tendo em vista a maciça mobilização dos militantes dos SDSR e de parlamentares favoráveis ao relatório por toda a Europa, os indicadores de uma votação bem-sucedida na quarta-feira são os seguintes:

1. Militantes por toda a Europa (desde a Islândia, Irlanda, Reino Unido, Bélgica, França, Espanha, Portugal, Suíça, Áustria, Alemanha, Dinamarca, Letônia, Chipre, a Federação Russa) estiveram em contato com as delegações nacionais para o Conselho Europeu de seus países e receberam na grande maioria respostas positivas em relação ao relatório, seja da delegação como um todo ou de participantes delas.
2. Os militantes também visaram partidos políticos específicos. Até o momento, sabe-se que haverá simpatizantes do relatório dentro de cada grupo político no Conselho Europeu, incluindo os grupos conservadores de centro-direita. Isso impede que haja uma votação partidária contra o relatório. Portanto, com muitos partidários do centro-direita prontos para votar a favor (apesar de não serem a maioria nos respectivos grupos), e grande parte do centro e da esquerda também favorável, uma análise preliminar permite concluir que as chances são de que o relatório venha a ser aprovado, já que uma minoria simples basta para isso.
3. Há porém duas incertezas: a primeira reside em até que ponto os parlamentares que se opõem à livre escolha irão, possivelmente apoiados pelos representantes do Vaticano, decidir se mobilizar contra o relatório, propondo por exemplo uma série de emendas. A outra interrogação diz respeito à extensão da influência do Vaticano sobre os votantes, ao fazer pressão para que seus votos sejam anotados e incluídos no relatório. Desde janeiro de 2008, os votos no plenário passaram a ser registrados e ficam agora à disposição do público, o que poderá vir a impedir alguns dos parlamentares de votar de acordo com suas consciências, temendo a forte pressão da Igreja em seus respectivos países.